

Globalização e Estado Nacional

Luís Flávio Reis Godinho*

A proposta de publicar esse trabalho na forma de comunicação insere-se no espírito da proposta da Editoria do Caderno CRH, no sentido de criar um canal para a publicação de trabalhos de alunos de graduação (e pós graduação), a fim de dar visibilidade a um esforço intelectual de pesquisa de jovens que se destacam em seu percurso de estudantes, demonstrando sua capacidade de compreensão e de elaboração acerca de problemáticas centrais em debate hoje nas Ciências Sociais.

A presente comunicação é resultado de um trabalho realizado a partir da disciplina "Teorias da Globalização", do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, sob minha responsabilidade, que foi realizada no primeiro semestre de 1998.

O trabalho de Luís Flávio Reis Godinho trata de uma das questões mais polêmicas no debate sobre a globalização: quais transformações sofrem os estados nacionais? O autor apresenta, de forma sintética, algumas contribuições da literatura utilizada na disciplina, enunciando formulações acerca da concepção teórica sobre globalização e estado nacional, indicando mudanças que expressam novas correlações de forças políticas entre as várias nações.

Ao criar esse espaço de publicação, acredito que o Caderno CRH está contribuindo para incentivar a produção acadêmica em todos os níveis, a começar por aqueles "novos cientistas sociais", cuja aprendizagem ativa como estudante revela a possibilidade de formação de construção de uma nova geração que pensa, reflete e é capaz de produzir e reproduzir um saber.

Graça Druck

... como já dissemos em outra ocasião, na ausência de um Estado capaz de coordenar as bases materiais e ressoldar os fundamentos éticos da solidariedade nacional, não é provável que ocorram no Brasil secessões ou guerras civis do tipo das que se multiplicam na África, Europa ou Ásia Central. Mas sim é muito provável que o nosso sistema federativo se transforme num mapa feito de alguns poucos "region states" extremamente dinâmicos e integrados internacionalmente, mas cercados por imensas zonas de sombra, feitas de atrofia econômica e apatia cidadã. (FIORI, 1997, p. 239)

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende discutir a articulação existente entre o processo de globalização que ocorre atualmente e suas implicações sobre o Estado nacional. Para isso, discutiremos algumas concepções teóricas sobre a globalização e o papel do Estado nacional hoje. A partir de um

* Estudante de Graduação em Ciências Sociais/UFBA, bolsista de iniciação científica CNPq/PIBIC, no projeto: A reestruturação produtiva e os sindicatos – um estudo da imprensa sindical, sob a coordenação da Profª Maria da Graça Druck, que está sendo realizado no Centro de Recursos Humanos – CRH/FFCH-UFBA.

breve histórico da constituição do Estado nacional na sociedade capitalista, tentaremos identificar as possíveis implicações deste processo frente a vida social.

ORIGEM HISTÓRICA

As origens históricas do Estado nacional remontam à formação do primeiro Estado nacional: Portugal, no século XII. A necessidade de formação de um poder político, econômico e social centralizado e organizado já se fazia necessário naquele momento de desenvolvimento das relações típicas do sistema capitalista em sua fase mercantilista. A importância da formação do Estado foi crucial para a acumulação primitiva de capital através do comércio e das expansões marítimas-comerciais (Marx). Em outro sentido, esta organização planejada e calculada, expressa uma racionalização necessária ao desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema social, desta forma aponta Weber

O próprio "Estado", tomado como entidade política, com uma "constituição" racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, administrado por funcionários especializados, é conhecido, nessa combinação de características, somente no Ocidente, apesar de todas as outras que dele se aproximaram. O mesmo ocorre com a força mais significativa de nossa vida moderna: o Capitalismo. [grifos nosso] (1995, p. 2).

A formação do Estado nacional foi, então, indispensável para que o capitalismo se desenvolvesse; aliado a isso tivemos a organização da produção, do trabalho e das relações sociais de forma racional; segundo Weber o ocidente reunia as condições históricas, técnicas, políticas, administrativas para a empreitada; neste sentido o Estado enquanto fomentador do desenvolvimento sócio-econômico sempre cumpriu papel central na história do capitalismo desde seus primórdios.

No decurso da História conhecemos algumas experiências de formação e organização de Estados nacionais. Para efeito de análise nos deteremos de forma simplificada em alguns exemplos de seus exemplos, desde a revolução industrial (1850) até os dias atuais:

- a) o Estado liberal (1850 - 1929) – tinha como característica principal, a centralização do poder político; em relação à economia seria um esta-

do não intervencionista nas relações de mercado, deixando desta forma que as relações econômicas ficassem a cargo da concorrência capitalista. Esta forma de organização e concepção do papel do Estado teve que ser redefinida após o *crash* da bolsa em 1929, que desestabilizou inúmeros Estados nacionais, causando uma crise sem precedentes na história do capitalismo;

- b) o Estado Keynesiano (1945 - 1975) – a idéia de um mercado autônomo, foi substituída pela concepção de um estado regulamentador, que desenvolvesse estratégias de proteção sócio-econômicas aos países capitalistas – principalmente os países centrais. Neste sentido esse período ficou conhecido como “Era de ouro” na história das sociedades desenvolvidas, pois foi uma fase de intenso desenvolvimento de políticas sociais, trabalhistas(fordistas) e operando a distribuição de rendas;
- c) uma outra forma de Estado conhecida no século atual foi o Socialista (1918 - 1989) que tinha como características principais: a economia planejada, poder político extremamente centralizado, estatização de todas as formas de produção econômicas-sociais;
- d) por fim, a partir de 1975 surge como resposta a forma de organização do Estado Keynesiano, o Estado neoliberal, que traz no bojo de suas características concepções liberais levadas ao extremo: desregulamentação máxima da atuação do Estado enquanto guardião e fomentador do desenvolvimento na sociedade capitalista. No período atual o Estado regulador é concebido como um "entrave" à concorrência, redefina-se a sua intervenção no campo político, econômico e social, onde a flexibilização e a desregulamentação assumem papel central.

Para ARRIGHI (1996) as fases que caracterizam o sistema capitalista neste fim de século: sobreposição da lógica financeira à lógica produtiva, num dado momento, fizeram parte de todos os ciclos capitalistas anteriores, desde o ciclo genovês (mercantilista), passando pelo holandês (de expansão marítima-comercial), inglês (revolução industrial) até chegar no ciclo de desenvolvimento americano (fordista); a concepção sobre a necessidade de articulação de um poder econômico e político sob um mesmo Estado demonstra como historicamente o sistema capitalista necessitou de um Estado centralizador e concentrador. Em síntese o que ARRIGHI pretende dizer, é que sem a presença de um Estado que seja

hegemônico¹ econômica e politicamente torna-se impossível entender como se desenvolve o regime capitalista.

ABORDAGEM TEÓRICA DO ESTADO NACIONAL

Qual o papel do Estado frente a globalização? Poderíamos identificar duas vertentes que discutem a relação entre Estado nacional e globalização. Uma primeira afirma que o Estado nacional foi superado pela nova ordem mundial: a globalização; pois as relações sociais, econômicas e políticas segundo os que defendem esta idéia já fugiram ao controle e à intervenção do Estado, a globalização portanto superou o Estado permitindo então um só caminho, a inserção nesta nova ordem global². Uma segunda vertente afirma que o Estado mudou os seus papéis, pois a articulação entre a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo fez com que o mesmo redefinisse o controle sobre as políticas econômicas, financeiras e comerciais, no sentido de desregulamentar, flexibilizar e estimular a lógica financeira deste momento com uma política de cunho econômico-financeirista.

Redefine-se o poder dos Estados – principalmente dos periféricos, devido em parte, à política – econômica e comercial de Instituições multilaterais, por exemplo: G 7, FMI, BIRD, BANCO MUNDIAL, OMC, etc., que acabaram por diminuir o poder frágil que esses Estados detinham sobre as questões econômicas, comerciais e políticas do Estado nação; é o que DRUCK (1997) chama de “constituição de um poder global”. Entretanto, estas instituições não são desvinculadas do interesse e da influência política, econômica e comercial dos países mais ricos do mundo.³

¹ Hegemonia no sentido Gramsciano, segundo a qual é a conjugação da capacidade de direção e força.

² Neste sentido o Governo Brasileiro apresenta a globalização como um sujeito político autônomo em relação aos Estados nacionais, cabendo somente uma inserção vantajosa nesta ordem global inexorável e inevitável.

³ EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Canadá e Inglaterra.

ABORDAGEM TEÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização também tem significados distintos. Para uns, a globalização é um "novo sujeito social e político" que atua de forma independente das políticas estatais; em síntese, a globalização é uma resultante exclusiva das forças de mercado. A segunda vertente afirma que a globalização: ... *é um movimento de caráter estrutural do capitalismo, que junto com a reestruturação produtiva intensifica ao máximo características presentes desde os primórdios do Capitalismo.* (DRUCK, 1997; FILGUEIRAS, 1997).

Uma terceira vertente menos influente, indica que a globalização é uma ideologia, um modismo teórico e que portanto as modificações no sistema capitalista no fim do milênio não configuram mudança significativa de um novo estágio de desenvolvimento (BATISTA JR., 1997).

Uma situação que se observa é que as análises sobre o movimento da globalização suscitam um debate muito polêmico na atualidade. Entretanto a maioria das análises se prendem muito aos aspectos econômicos da globalização (KURZ, 1993; ARRIGHI, 1996); percebe-se também nas análises uma extrema despolitização, pois, as relações de poder constituídas historicamente entre as nações centrais e periféricas do capitalismo são relegadas a um segundo plano. As dimensões e as implicações sociais e culturais da globalização também necessitam de um maior aprofundamento.

O debate sobre o fato da globalização ser um fenômeno velho e/ou novo está colocado: os que consideram ser este um novo movimento negligenciam na explicação o fato de que o capitalismo sempre foi mundial e que, portanto, a expansão do capital sempre se deu sobre bases internacionais e sempre buscou no desenvolvimento superar as bases técnicas e sociais de produção; os que argumentam ser este um fenômeno velho desconsideram as intensas modificações presentes na sociedade capitalista no fim do milênio: financeirização da economia, informatização, telemática, aceleração nas comunicações, redefinição de fronteiras, criação de novos Estados, desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho, etc.

A globalização e suas características essenciais: mundialização, mobilidade intensa de capitais fictícios, desregulamentação dos mercados financeiros, das barreiras alfandegárias, das fronteiras estatais, do intenso desenvolvimento da telemática, deve ser entendida como **um fenômeno velho e novo**. Velho porque o capital sempre buscou a expansão de seus mercados para além de suas regiões de origem, faz parte de sua lógica a racionalização técnica e social, o desenvolvimento das tecnologias, a busca do lucro calculado; neste sentido é famosa aquela assertiva de Marx, de que o capitalismo tem que estar revolucionando a todo momento suas bases técnicas e suas forças produtivas. Novo, porque embora desenvolva características presentes desde os seus primórdios, configura-se no estágio atual especificidades no contexto de seu desenvolvimento. Como já foi dito, as mudanças do *fim-de-siecle* praticamente comprimiram ao mínimo a distância e o tempo real. Podemos estar comprando ações da bolsa de New York e de São Paulo em questão de segundos através do uso de computadores ligados em rede mundial; as notícias de todas as partes do mundo chegam quase em tempo real em nossas casas através dos meios de comunicações audiovisuais.

Necessário, neste momento, desmistificar algumas idéias segundo as quais a globalização produz nos Estados nacionais um efeito integrador e homogeneizador, e que este é um processo inevitável contra o qual não há alternativas políticas e sociais. Segundo FIORI (1997) ... *a globalização não é um processo isento de contradições. Seus impactos são diferenciados, e as alternativas abertas a cada país dependem, exatamente, das opções feitas pelas suas forças sociais e políticas internas e coordenadas por seus Estados nacionais.*

Ademais a globalização além de ter um conteúdo econômico, tem também uma implicação política, social e cultural bem definida e deve ser compreendida em todas as suas dimensões. Além de ser um processo gestado por forças políticas externas e internas, cada Estado-nação redefina inclusive *status* de soberania, de dependência econômica ou de marginalização sócio-econômica. De acordo com Gorender, para os países do III Mundo:

Situação mais fragilizada do que a dependência econômica é, hoje, a da marginalidade. Na situação de dependência, ainda subsiste o vínculo que permite o relacionamento com os países industrializados e manu-

tenção de atividades produtivas voltadas para o intercâmbio externo. Na situação de marginalidade, esse vínculo deixa de existir ou se torna mesquinho, forçando à retração dos setores produtivos. (GORENDER, 1995).

Sobre as implicações da inserção acrítica e irrestrita de Estados latino-americanos a esta nova ordem “global” afirma que:

Enquanto que o Estado nacional, nos Estados Unidos, se mantém com o poderio inalterado, como Estado de uma superpotência, convém à sua estratégia que se enfraqueçam os dispositivos de intervenção, de controle e de regulamentação econômica de outros Estados nacionais; **o que tem sido obtido, na América Latina, mediante adoção, pelos seus governos, de políticas consentâneas com a concepção neoliberal de subordinação irrestrita à dinâmica do mercado.** [grifos nossos] (GORENDER, 1995, p. 103).

Um exemplo das implicações dessa adesão irrestrita dos Estados nacionais sul-americanos e de outras regiões à política neoliberal e à globalização foi conhecida com a crise do México em 1995, onde o país após uma desvalorização cambial e uma perda de grandes somas de suas reservas financeiras internas entrou numa profunda recessão, tendo que ser socorrido pelos EUA e pelo FMI com um auxílio de 50 bilhões de dólares.

Segundo FILGUEIRAS (1998)⁴ *este auxílio ao Governo Mexicano, na verdade, foi uma medida tomada pelo governo dos EUA com o objetivo de permitir que os especuladores financeiros americanos (fundos de pensão, etc.) retirassem seus investimentos, que com a crise, ficaram presos na nação mexicana;* assim que o empréstimo foi liberado esses mesmos investidores se retiraram da bolsa mexicana para investir em outras bolsas de valores, deixando o seguinte saldo no México: crise interna, aumento da inflação, do desemprego, destruição de forças produtivas e o que é pior: vinculação de todas as exportações do petróleo mexicano ao pagamento da dívida contraída com o EUA e o FMI.

Este é um novo processo que ocorre com esta inserção irrestrita à globalização e ao neoliberalismo, pois os Estados nacionais quebram em efeito dominó. Podemos utilizar a categoria “velocidade intensificada do tempo social” de HOBBSAWN (1995) para caracterizar esta fase atual de

⁴ Palestra proferida em Set. 1998 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA sobre a crise econômica atual.

especulação financeira intensificada; enquanto que em 1929 a notícia e o reflexo da crise econômica dos Estados Unidos levou trinta dias para chegar a Europa, nos dias atuais a rapidez com que um Estado se desestabiliza pode ser contado em dias ou horas. Há um processo de quebra-deira que se generaliza pelo mundo devido ao que TAVARES (1997) muito felizmente intitula “dependência agônica”.

A crise de dois Estados nacionais: o México (1995) e a Coréia (1997) confirmam esta vulnerabilidade dos países emergentes e até de países centrais do capitalismo, como o Japão. A crise provocada no sistema capitalista mundial desmascara todo discurso político de integração e das vantagens da globalização. O Brasil está no centro da crise, pois também aplicou o receituário de inserção nesta nova ordem mundial através da atração de capitais especulativos, cortes nas despesas sociais, privatizações, desemprego estrutural, etc. Somente com a crise mais recente já deixaram o Brasil mais de vinte bilhões de dólares em apenas vinte dias. É tão grande a dependência dos Estados nacionais ao capital especulativo hoje que a simples declaração do Presidente do Banco Central americano Alan Greenspan de que não baixaria os juros internos, fez cair todas as bolsas de valores no mundo. Percebe-se, desta forma, que além da dependência do investimento de capital especulativo, as nações não têm mais controle sobre as economias nacionais, ficando a cargo do líder capitalista mundial as “soluções” no que se refere às possíveis saídas para a crise mundial.

Sobre esta redefinição irresponsável dos Estados nacionais periféricos, quanto às prioridades econômicas de estímulo à atração destes capitais sem compromisso social, aponta GORENDER (1995):

Os países atrasados ditos em desenvolvimento e também designados como países do terceiro mundo, têm economias mais suscetíveis de debilitamento diante dos impulsos imprimidos à globalização pelas empresas multinacionais e pelo capital financeiro atuante no âmbito mundial. A fraca autonomia de decisões de seus Estados nacionais é ainda mais reduzida, ou mesmo anulada, pelos fatores externos que procedem dos centros comandantes da economia mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o Estado nacional e suas coalizões políticas devem ser entendidos como agentes implementadores, consonantes com as forças políticas externas desse modo de “desenvolvimento” que já deu mostra de alta capacidade de destruição de forças produtivas e de desintegração social localizadas e mundializadas; a insegurança social e a violência tendem a ganhar contornos trágicos. Assim, poderíamos dizer que a pobreza e a exclusão são cada vez mais globais. Neste fim de século apresentam-se problemas que estavam superados nas sociedades desenvolvidas desde o século XIX, como: fome, problemas epidêmicos, precarização das condições de saúde, falta de moradia, desemprego e subemprego. As intolerâncias étnicas, a xenofobia, o neonazismo já são movimentos crescentes na Europa e em metrópoles como São Paulo – a discriminação a nordestinos é uma realidade, onde diversas formas de violência são praticadas contra imigrantes do Nordeste brasileiro, desde violência física até pichações de muros na cidade com frases de teor segregacionista.

Ademais, uma política gestada pelos Estados que garanta um desenvolvimento auto-sustentável econômica e politicamente, que privilegie a esfera produtiva do capital em detrimento da especulação financeira desenfreada já se faz necessário, pois como já reconheceu HOBBSAWN (1995) ... *mesmo com todo o progresso material jamais visto na história humana, este século não terminou bem...* Por fim, a busca pela emancipação do homem e da vida social nunca esteve tão turva como se apresenta no cenário atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni

1996 **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** São Paulo: Contraponto/UNESP, 395 p. Epílogo: Pode o capitalismo sobreviver ao sucesso?: p. 247-371.

BATISTA JR, Paulo Nogueira

1997 A cortina de fumaça da globalização. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 297-307, abr./jun.

- CHESNAIS, F.
1996 **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 510 p. cap 1: Decifrar palavras carregadas de ideologia: p. 21-44.
- DRUCK, G.
1997 Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, n. 24/25, p. 21-40.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M.
1997 A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal estar” desse fim de século. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 171, p, 9-29, set./out.
- FIORI, José Luís
1997 **Os moedeiros falsos**. Rio de Janeiro: Vozes. cap 3: O novo papel do estado frente a globalização, p. 229-239.
- GORENDER, Jacob
1995 Estratégias dos estados nacionais diante do processo de globalização. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 93-112, set./dez.
- HARVEY, David
1992 **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola. Parte 1, cap 5: Modernização: p. 97-107.
- HARVEY, David
1992 **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola. Parte 1, cap. 10: Teorizando a transição: p. 163-176.
- HOBSBAWN, Eric
1995 **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 598 p.: O século XX: vista aérea, p. 11-26.
- HOBSBAWN, Eric
1995 **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras. 598 p. cap 19: Rumo ao milênio, p. 537-562.
- KURZ, R.
1993 As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo, v. 7, n. 18, p. 7-41.
- MARX, K., ENGELS, F.
1977 **O manifesto comunista**. São Paulo: Alfa-Ômega.
- TAVARES, Maria da Conceição, MELIN, Luiz
1997 A desordem globalizada e a nova dependência. **Revista ANPEC**, n. 2, ago.
- WEBER, Max
1985 **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, p. 2-15.